

Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude? *

Lucia Rabello de Castro

Programa de Pós-graduação em Psicologia

Instituto de Psicologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho parte da contribuição apresentada na mesa-redonda sobre *Teorias da Juventude* no VII JUBRA, quando pude discutir alguns aspectos relevantes na configuração do embate teórico sobre juventude no Brasil. Uma das preocupações centrais aqui será colocar em questão uma certa indistinção entre teorias da juventude¹ e teorias dos sujeitos juvenis presente no âmbito deste debate teórico. Ao se indiferenciar as teorias da juventude das teorias dos sujeitos juvenis, não se dando conta das nuances que as distinguem, reduz-se a pluralidade epistêmica do campo teórico e se aplainam as eventuais controvérsias no diálogo necessário entre as disciplinas que se ocupam do campo da juventude.

A pergunta que intitula o presente trabalho expressa o questionamento sobre como, e se, as teorias da juventude tematizam os sujeitos jovens. Afinal, falar de juventude, discutir teoricamente seu estatuto, configuração e sua produção nos

* Este trabalho foi desenvolvido a partir da comunicação apresentada na mesa-redonda *Teorias da juventude: para que servem? Onde nos conduzem?* no Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, JUBRA VII, Fortaleza, Ceará, 14 de agosto de 2017.

¹ Estarei falando no singular “teorias da juventude”, e não juventudes, sem me deter aqui na discussão teórica sobre este importante aspecto: o que significa pluralizar, sob que condições, o termo juventude. No entanto, pelo fato de usar o nome juventude no singular não estou defendendo posição teórica mas simplificando a narrativa que já está aludindo a uma pluralização teórica (“teorias”) presente no campo da juventude.

contextos histórico-sociais, significaria *também* incluir os jovens, como sujeitos, nessa discussão? Argumentamos, neste trabalho, que embora possamos dizer que as teorias da juventude incidem sobre os jovens, provendo sempre alguma forma de percebê-los e representa-los como sujeitos, elas mantêm um foco próprio de análise que não necessariamente coincide com a discussão sobre como se dá a produção dos jovens, como sujeitos. O foco específico das teorias da juventude está referido à emergência e constituição da *categoria social* que é a juventude, e portanto, como essa categoria social se constrói no jogo de forças sociais dos diferentes grupos das sociedades modernas. Por outro lado, o foco que interessa às teorias dos sujeitos jovens é aquele visa inquirir *quem é* o sujeito juvenil, para si mesmo e para os outros, o que qualifica este sujeito como juvenil, como se dá a produção de uma *subjetividade juvenil*. Assim, a discussão sobre juventude(s) parece estabelecer um determinado enquadre cujo foco permanece distinto daquele que se interessa em discutir como os jovens, enquanto subjetividades, se produzem nas circunstâncias em que vivem. Neste sentido, este trabalho propõe-se a analisar a imbricação necessária entre as teorias da juventude e as teorias dos sujeitos juvenis que, somente ao manterem suas devidas distinções analíticas, permitirão que os enfoques, seja sobre a juventude, seja sobre os sujeitos jovens, possam se complementar nas tensões e contradições que mantêm entre si.

A discussão aqui apresentada visa trazer uma contribuição ao debate teórico sobre juventude, particularmente no Brasil, a partir de questões frequentes que aqui se colocam. Por força das condições específicas da constituição deste campo teórico no país, este debate assumiu alguns contornos específicos não

necessariamente presentes no debate internacional. Um aspecto diz respeito à demanda de se distinguir entre o adolescente e o jovem (Abramo e Leon, 2005), demanda essa produzida mais pela necessidade de se configurar campos distintos de intervenção das políticas públicas cujos aportes são concedidos conforme a adequação dos beneficiários à pleora de exigências dos órgãos públicos de assistência. Deste modo, o debate que se produziu no Brasil em torno da distinção entre o jovem e o adolescente não iluminou, por certo, a compreensão teórica acerca destes conceitos, mas forneceu os elementos necessários para definir campos de intervenção para o destino das políticas públicas e para a ação dos agentes do poder público e privado.

Teorias da juventude e teorias da subjetividade juvenil: a disciplinarização do debate teórico sobre juventude e jovens

O século XX assistiu à emergência da categoria social da juventude como aspecto de análise das sociedades modernas em profunda transformação política, social, cultural e tecnológica. *Pari passu*, foi a disciplina da Sociologia que se encarregou do estudo da dinâmica e estruturação das sociedades sob a égide das mudanças na Modernidade. Cabe lembrar que, para um dos fundadores da disciplina, E. Durkheim, uma questão fundamental residiu justamente em explicar a natureza da *sociedade*, ou seja, o que traz homens e mulheres para a convivência comum, o que determina a ordem social sobre o estado de barbárie. Ao longo do século XX, os cientistas sociais se ocuparam de compreender como se organiza o conjunto social sob os novos condicionantes materiais e simbólicos da modernidade, e como esse conjunto se estrutura e se mantém tendo em vista as

transformações que o acometem e os conflitos que aí se produzem. A tematização da juventude no campo da Sociologia neste momento surge como elemento importante de explicação da nova ordem social, quando também se recompõe a ordem geracional no âmbito de um outro patamar de relações de transmissão, agora institucionalizadas pelo advento e consolidação dos sistemas educacionais nacionais.

O estudo das sociedades ao longo do século XX vai lançar mão da juventude como categoria social como parte da analítica da transformação e da ordem social. Assim, seja pelo enfoque na juventude como problema social – e portanto, categoria que coloca questões à ordem e harmonia social (Thrasher, 1936; Burrows, 1946; Reiss Jr, 1951; Sykes e Matza, 1957; Eisenstadt, 1976), seja como categoria que favorece a transformação e a regeneração social (Mannheim, 1968; Ianni, 1968), esta categoria – juventude – foi amplamente tematizada pelos cientistas sociais. No Brasil, um dos estudos pioneiros, o de Marialice Foracchi tematiza a juventude como categoria social e geracional em que se sobressai a dimensão do conflito geracional. Como coloca a autora, ...”localiza-se socialmente esta forma de conflito na fase de transição da adolescência para a maturidade. A adolescência e a juventude são, pois, elaboradas como categorias analíticas especiais”.... (1972:23-4). Para a autora, se trata não tão somente de conflitos que expressam a transição psicológica a um estado de maturidade psicológica, mas de conflitos referentes ao *ingresso definitivo do jovem na sociedade*. Diz ela:

“Por ser essa etapa – a juventude – definidora do ingresso definitivo do jovem na sociedade, e por ser o jovem o adolescente cujas crises o

transformaram num ser psicologicamente amadurecido, por essas condições especiais, a marginalização da juventude apresenta efeitos dramáticos para a sociedade, colocando-a, pelo fato de existir como marginalização, em xeque e sob o foco da contestação.” (1972: 32)

Assim, para Foracchi, a dinâmica societária moderna coloca questões específicas para a inclusão deste segmento ao todo social. E se tal dinâmica favorece a marginalização deste grupo, a sociedade padecerá sob os efeitos da contestação e dos conflitos que daí advirão promovidos pela mobilização deste grupo social. Um ponto importante a notar no fragmento desta estudiosa é que ela adverte para dois aspectos teóricos, não exatamente semelhantes, mas convergentes, sobre a situação do jovem. Em primeiro lugar, ela enfoca o jovem *adolescente* enquanto sujeito imaturo psicologicamente que vive circunstâncias específicas de transição a uma condição de maior maturidade. Em segundo lugar, a autora enfoca a marginalização de um grupo social – a juventude – frente à sociedade adulta, circunstância que pode propiciar o convulsionamento da ordem social. Neste sentido, a autora, de modo perspicaz, atenta para a duplicidade de aspectos teóricos que envolvem o sujeito jovem adolescente: um aspecto teórico diz respeito à sua condição como *sujeito* – no caso, psicologicamente imaturo; o outro aspecto se refere à sua condição como parte de uma categoria ou grupo social dentro da sociedade. Estes dois aspectos, ainda que coincidam na temporalidade biográfica, permanecem analiticamente distintos na discussão de Foracchi. Trata-se, portanto, de uma análise que tanto contempla uma perspectiva sociológica da juventude, como também contempla uma visão psicológica sobre o sujeito jovem. Mesmo que a alusão a uma noção de

maturidade psicológica seja hoje considerada como aspecto de uma teoria ultrapassada e obsoleta para explicar a constituição da subjetividade juvenil, o fato é que a análise dessa autora nos permite tecer considerações e imbricações possíveis entre *a condição psicológica que define o sujeito juvenil e a condição social que define a juventude*. Neste sentido, podemos perguntar, por exemplo, como a imaturidade psicológica dos jovens estaria implicada nos movimentos de contestação e rebeldia à ordem social? Mesmo lançando mão de aspectos psicológicos que hoje podem parecer datados, a análise da autora, não só é pioneira, como também arrojada ao fazer face à exigência, nem sempre realizável, de fazer análise social “com sujeitos”, assim, aproximando teorias sociológicas e psicológicas. A marginalização social da juventude aparece como fator de conflito na dinâmica social, e os sujeitos jovens se constituem no âmbito específico de uma dinâmica psicológica de transição e crise.

A tematização do jovem e da juventude no campo da Psicologia ao longo do século XX assumiu problematizações diversas ao campo da Sociologia. A constituição do sujeito moderno e suas formas de ser, pensar, agir e sentir no âmbito de uma matriz histórico-cultural de individualização das subjetividades (Watt, 1996) torna-se foco de interesse. Assim, a demanda que se colocou neste campo do saber foi inquirir e compreender como a individualização – como processo histórico e modo de subjetivação dominante na modernidade – produz as subjetividades. Essas se realizam ao longo do tempo biográfico que, nas sociedades modernas, se institucionaliza através da organização da (re)produção da vida e da sociedade. Para muitos estudiosos da Psicologia, uma questão central foi justamente compreender as mudanças nas formas de ser, sentir,

pensar e agir ao longo do tempo biográfico, uma vez que essas resultam do encontro entre as forças e disposições internas ao sujeito e aquelas resultantes de coerções e possibilidades nas circunstâncias em que ele vive. Portanto, as teorias psicológicas buscaram explicar o *desenvolvimento dos sujeitos ao longo do tempo biográfico*, focalizando a emergência das mudanças ao longo da vida cuja regularidade poderia ser sistematizada segundo um determinado padrão. Por um lado, o que é interno e o que é exterior ao sujeito tornaram-se aspectos de relevância teórica neste contexto de análise para definir uma teoria de sujeito/indivíduo (esse distinto da sociedade); por outro lado, as teorias de sujeito variaram em relação a como considerar o ajuste e a regulação entre as forças internas ao sujeito/indivíduo e aquelas advindas da sociedade. Para Freud (1996), por exemplo, o ajuste entre o indivíduo e a sociedade é sempre precário e conflituoso, pois, para o indivíduo, ele se traduz como um ônus em termos da renúncia à sua realização mais livre e imediata.

Vamos tomar como exemplo, no campo da Psicologia, um contemporâneo da socióloga M. Foracchi, o psicanalista E. Erikson. A compreensão deste autor sobre o sujeito jovem busca dar conta da especificidade deste momento biográfico entendido como uma ruptura em relação à estruturação psicológica anterior. Neste sentido, Erikson compreende o sujeito juvenil como aquele que é instado a reposicionar-se no mundo, reestruturando suas relações com os outros e consigo mesmo, uma vez que o jogo entre forças internas e externas é abalado por uma nova conjuntura de fatores. Assim diz o autor:

“Também devemos compreender a função da adolescência na sociedade e na história, pois o desenvolvimento adolescente abrange

um novo conjunto de processos de identificação com pessoas significativas e forças ideológicas.... Na juventude, a biografia cruza-se com a história; nela, os indivíduos são confirmados em suas identidades e as sociedades regeneradas em seu estilo de vida... Para ingressar na história, cada geração de jovens tem que descobrir uma identidade consonante com sua própria infância e consonante com uma promessa ideológica no processo histórico perceptível.”

(1976:276)

Neste trecho, o autor afirma a condição psicológica específica do sujeito juvenil como sendo definida por – “o novo conjunto de processos de identificação com pessoas significativas e forças ideológicas” – o que promove a busca do jovem por uma identidade que o vincule ao que foi na infância com o que ele quer ser. Erikson se refere a este processo como a “função da adolescência” já que o processo adolescente reside justamente na ruptura com o que se foi, ao mesmo tempo em que se o reestrutura em novas bases. O autor reconhece que as forças ideológicas presentes na sociedade estruturarão o desenvolvimento adolescente, já que as opções para ser no futuro dependem de se perceber oportunidades no processo histórico. Ao prover uma teoria do sujeito juvenil, Erikson pouco se detém sobre o contexto histórico do momento, sinalizando apenas que a busca de identidade pelos jovens concorre para uma regeneração das sociedades, ou seja, para a manutenção e renovação dos valores que as sustentam. Diferentemente de Foracchi, que inclui na sua discussão tanto uma visão teórica sobre a juventude, como uma sobre os jovens, Erikson lança o foco de suas lentes teóricas sobre o processo adolescente de ser jovem, situando-o – ainda que em

uma descrição menos apurada – no contexto histórico da segunda metade do século XX.

Assim, tanto a Sociologia como a Psicologia, por meio das suas diversas vertentes teóricas, contribuíram para o debate teórico sobre a juventude e os jovens. Por força da constituição diversa de cada um destes campos de estudo, *a tematização da juventude vai consistir na ênfase teórico-conceitual da Sociologia*, assim como *a tematização das constituições das subjetividades juvenis será a ênfase presente no campo da Psicologia*. Todavia, parece inevitável que ao se falar de juventude como categoria social se assume, de algum modo, uma visão sobre o jovem, e o contrário também ocorre: quando se fala sobre o jovem se incorre, de algum modo, em alguma teoria da sociedade e da juventude, como categoria social. Se a imbricação das abordagens parece necessária e inevitável, há um mérito indiscutível em manter aberta a discussão interdisciplinar preservando as ênfases que advirão das contribuições disciplinares. Assim, o que pode se colocar como retrocesso no debate teórico seria a dispensa de qualquer uma destas abordagens em detrimento da outra.

Um outro possível equívoco seria, ainda, a demarcação dos campos disciplinares, Psicologia e Sociologia, em torno dos significantes adolescência e juventude onde adolescência se relacionaria univocamente ao campo de estudos da Psicologia, e juventude, ao da Sociologia. A este ponto se dirige nossa análise a seguir.

Adolescência e juventude: em quais marcos teóricos estas noções se inscrevem?

Cabe lembrar e sublinhar como muitos teóricos do campo da juventude trazem em sua discussão as noções adolescência/adolescente e juventude/jovens, frequentemente, de modo intercambiável (Coleman, 1961; Musgrove, 1965; Foracchi, 1968; Mannheim, 1968; Erikson, 1976; Blos, 1996). No entanto, para alguns autores/as, Foracchi é um exemplo, há uma apropriação cuidadosa destes termos que revelam a relevância de se incluir visões teóricas complementares, sobre o sujeito juvenil e sobre a categoria social juventude na dinâmica societária. Ao se focar a compreensão sobre o aspecto geracional da juventude enquanto categoria necessária na constituição da estrutura e dinâmica societária moderna implica-se uma compreensão sobre a estruturação psicológica deste sujeito que participa como indivíduo da condição geracional. No entanto, nem sempre se tem claro que o divisor de águas entre os campos disciplinares reside nos itinerários intelectuais percorridos pelas disciplinas que definem, por sua vez, teorias específicas. Argumentamos, neste trabalho, que no campo da juventude, as teorias sobre a sociedade e sua dinâmica constitutiva a partir das gerações tem definido a trajetória intelectual da Sociologia no debate sobre a juventude. Na Psicologia e Psicanálise, o campo da juventude tem se orientado pela discussão da constituição subjetiva e psicológica dos jovens e a especificidade do juvenil enquanto aspecto constitutivo da subjetividade.

Nesta veia, a trajetória intelectual percorrida pela Psicologia e Psicanálise tomou a adolescência como conceito que definia uma *função psicológica no processo constitutivo da subjetividade moderna* em que o se tornar adulto colocava (e ainda coloca) um leque de novas demandas para o sujeito, tanto advindas de forças internas, como de externas. A função 'adolescente' emerge, pois, no

âmbito das sociedades modernas e, portanto, as teorias psicológicas a localizam como resultante do processo histórico-cultural da modernidade. Reconhecida por psicólogos, psicanalistas e também sociólogos, a contribuição pioneira de Stanley Hall, *Adolescence*, publicada em 1904, faz valer a noção de adolescência como crise, como condição de ruptura e reestruturação da vida humana. Este momento, para Hall, eclode sob a condição do tumulto pubertário e a intensidade das transformações corporais decorrentes, daí a metáforização de “tempestade e tormenta” utilizada para dar conta deste momento. A contribuição de Hall, datada e criticada em muitos aspectos (Gallatin, 1978), constitui, no entanto, um aporte singular que já se refere, no início do século XX, ao processo adolescente do sujeito moderno como aquele que o insta a mudanças profundas rumo à “intensificação do seu eu” e à “afirmação da sua individualidade”.

A noção de adolescência afirma a condição de ruptura presente na vida do indivíduo moderno frente à convocação de seu reposicionamento em relação aos vínculos anteriores da família e os outros, da sociedade em geral. Tal rompimento se anuncia como um processo conflitivo, intra e intersubjetivamente, uma vez que não se apresentam trajetos previamente dados de como cada um deve perseguir sua própria individualização. Sobretudo, a adolescência é vista como uma função estruturante do sujeito moderno, independente do momento etário, já que “a adolescência não é prerrogativa dos jovens” (Figueiredo, 2006:70). Neste sentido, a desregulamentação moderna, e mais acentuadamente a contemporânea, diversifica (e complexifica) modos de *adolescere* quando há inúmeras alternativas de se construir o se tornar adulto. Até mesmo, a própria noção de adulto – o que é ser adulto - é posta em questão hoje

(Galland, 2001; Monteiro, 2014), o que torna ainda mais difícil longo e tentativo este processo. No âmbito da Psicologia e da Psicanálise, a teorização sobre o processo adolescente incluiu a discussão das transformações corporais da puberdade, ressignificadas a partir do processo adolescente que aí se instaura. As modificações sexuais do corpo infantil conduzem à elaboração da diferença sexual e do encontro com o outro sexual, processos inscritos e determinados culturalmente. Isso significa que no caso dos sujeitos jovens modernos, o processo adolescente está circunstanciado pela posição social singular – não ser mais criança, e ainda não ser adulto – a qual fomenta conflitos internos entre “a manutenção de seus investimentos narcísicos, herança da infância, e o empenho nos investimentos objetais (o encontro com o outro).” (Cardoso, 2008:12) Assim, a função da adolescência ganha destaque no estudo da juventude das sociedades modernas, uma vez que a passagem para a assunção da adultidade está determinada por incertezas: não apenas os indivíduos estão menos sustentados por dispositivos culturais que podem orientá-los nas vicissitudes de seus caminhos e escolhas de ser adulto, como pode haver “o risco de se perder por ter tanto o que mudar” (idem, 2008:11).

Ao afirmar e argumentar que a adolescência denomina, na trajetória intelectual do campo da Psicologia/Psicanálise, *um processo e uma função* constitutiva da subjetividade moderna, consideramos que ela ilumina todos os movimentos e ações dos jovens na direção de se reestruturarem, em termos de vínculos, relações e posições no mundo em que vivem. Neste sentido, discordamos da visão que considera a adolescência como um “período de vida”. Como afirmam Abramo e Léon:

... “distinguir dois momentos do período de vida amplamente denominado juventude, sendo que adolescência corresponde à primeira fase (tomando como faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido no ECA) caracterizado principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico do desenvolvimento, de preparação para inserção futura; e juventude (ao que alguns apagam o qualificativo propriamente dito, ou então como jovens adultos, ou ainda pós-adolescência) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias na vida social.” (2004:8)

Percebemos nesta passagem um duplo equívoco dos autores, seja ao tomarem a adolescência como uma fase, ou período de vida, como também ao oporem a adolescência à juventude propriamente dita, como se o processo adolescente não estivesse presente na juventude, ou seja, atuando intensamente no modo como os jovens constroem suas trajetórias na vida social. Neste sentido, disputamos, neste trabalho, a visão que tende a considerar a adolescência como “fase de vida”, e portanto, distinta desta outra fase que é a juventude. Essa perspectiva não reconhece a relevância de uma teoria de sujeito juvenil que, justamente, se fundamenta na visão da adolescência como *função* direcionada a compreender como os jovens agem e se reposicionam na construção de suas trajetórias laborais, educacionais, amorosas e sociais. Como argumentado anteriormente, tanto as teorias dos sujeitos juvenis como as teorias da juventude como categoria social devem ser convocadas a contribuir para o debate teórico sobre a juventude ampliando o raio de compreensão sobre o campo e complexificando-o nas tensões que daí emergem.

Na mesma veia, o sociólogo mexicano J. Perez-Islas incorre no equívoco de ver a adolescência como uma fase de vida, objeto de estudo da Psicologia. Diz ele:

“...Por su parte, la psicología asumió la temática juvenil a partir de considerarla como una “etapa de vida del hombre”; su desarrollo conceptual alcanzará carta de ciudadanía teórica con Stanley Hall en 1905 y su adopción a la famosa frase de Goethe... que sintetiza la perspectiva de crisis del período, determinado biológicamente y dominado por la fuerza del instinto... Así aparece una teoría normativa, donde la adolescencia sería considerada una fase universal del desarrollo psíquico, y que coloca al entorno social y cultural en un lugar secundario”. (2008:10)

Além de afirmar, equivocadamente, a nosso ver, que a Psicologia considera a adolescência como um período de vida, o autor atribui a esta teoria psicológica um valor universal. A função adolescente tem sido conceituada como resultado do processo histórico-cultural moderno de individualização cujos desdobramentos se fazem presentes na construção da subjetividade e identidade (Kehl, 2004; A.P.P.A., 2004; Costa, 2004). Neste sentido, destaca-se o caráter processual e histórico da adolescência. Mesmo que algumas teorias psicológicas tenham atribuído um caráter fásico e universal à adolescência, elas não representam a totalidade deste campo do saber. Sobretudo, tais contribuições da Psicologia no campo da juventude, ao ressaltarem o aspecto *invariante* (universal?) da condição adolescente, tendem a reduzi-la à sua ancoragem biologicamente instaurada – a puberdade. Entretanto, uma leitura mais ampla das teorias psicológicas sobre o sujeito juvenil inscrevem a puberdade em um processo muito mais amplo e complexo, a adolescência, que corresponde aos

modos de se estruturar como sujeito humano frente às demandas de se construir, de participar na sociedade, de viver e conviver com os outros e de “se sentir real” (Winnicott, 2005). Tal amplitude e complexidade refletem a inscrição da puberdade no processo adolescente, entendido como uma *construção histórico-cultural da modernidade*. A teoria de sujeito juvenil que resgata a adolescência como um processo psicológico diz respeito aos sujeitos que, ao longo do século XX, e também no século XXI, têm pela frente a construção de suas identidades, vínculos e posições nas sociedades (modernas) em que vivem.

Argumentamos, assim, que a adolescência se coloca como um marco conceitual importante e fundamental para o estudo da juventude. Ela se inscreve como o processo psicológico no âmbito de uma teoria de sujeito que deve se articular ao estudo da juventude na sua outra dimensão: aquela que inscreve a juventude no marco da estruturação societária sob o prisma geracional.

Teorias do sujeito juvenil e da categoria juventude no estudo da participação política dos jovens: dois estudos de caso

Com o intuito de discutir as articulações necessárias entre teorias do sujeito juvenil e teorias da categoria juventude, analiso, a seguir, dois estudos sobre participação política juvenil em que tanto uma teoria do sujeito juvenil como da categoria juventude se fazem presentes, com ênfases diferentes. Apesar de distantes no tempo em que foram realizados e publicados, eles exemplificam a

complexidade do campo de estudos da juventude em que pese a articulação do esforço interdisciplinar para a compreensão deste objeto de estudo.

O. Ianni publicou seu trabalho *O jovem radical* em 1962, época em que o Brasil consolidava avanços na construção de uma democracia ainda titubeante. Neste contexto, o ingresso dos jovens nas universidades concorre para a formação de uma classe de jovens – provenientes das classes médias urbanas – cujas aspirações de participação vão ser objeto de interesse deste autor, assim como de outros (Foracchi, 1965). O trabalho em tela consiste em um estudo pioneiro no Brasil sobre a participação dos jovens universitários, buscando dar conta desta complexidade ao aliar tanto uma análise psicológica como sociológica desta participação.

Para Ianni as contradições de uma sociedade de classes, como as do Brasil moderno, atingirão o jovem desde a dinâmica geracional. Os elementos mistificadores da ordem social burguesa vão se fazer presentes nas contradições do mundo do trabalho. Os jovens, ao mesmo tempo em que se sentem convocados a dele participar, vislumbram a negação desta realização. As opressões do mundo do trabalho põem em relevo a submissão exigida e a subordinação à autoridade adulta. Para o autor, há, sim, um comportamento divergente e contestador do jovem ainda “imaturo”, mas esse comportamento não dá conta das ações e movimentos de rebeldia do jovem à ordem vigente. Para ele, a revolta contra os pais se coloca como um dos elementos, talvez o menos importante, para a compreensão da insubmissão juvenil ao status quo. O jovem revolucionário realiza um trabalho de totalização sobre a realidade social

em que vislumbra, a partir de sua posição geracional, seu lugar de subalternidade e as contradições do sistema capitalista. Convocado ao mundo do trabalho, ele percebe que esse lhe será negado, ou se lhe permitido, resultará na sua opressão. O trabalho intelectual de totalização depende, para Ianni, da capacidade intelectual do jovem e da sua resistência à cooptação. Ao apreender intelectualmente sua posição no mundo, como sujeito da história, o jovem *radical* adquire consciência revolucionária posicionando-se como negatividade à realidade vigente. Diz o autor:

“Como a estrutura do sistema social é alienadora, produz-se, em consequência, *o radicalismo, que se funda em uma consciência adequada, sintetizadora. Daí a atuação política radical como uma relação de negatividade com o presente.* No processo de re-totalização da personalidade em desenvolvimento na adolescência, *o jovem organiza intelectualmente a sociedade global em termos concretos, totalizando a sua personalidade com base numa nova e muito mais ampla visão do mundo.*”

(1968:242) (grifos do autor)

Para o autor, a ação revolucionária decorre da apreensão totalizada da realidade e das suas contradições. A consciência resulta de um trabalho intelectual e racional – próprio do jovem universitário de classe média; mas, também, depende do envolvimento do jovem e de sua capacidade de resistência, ao recusar a alienação. Assim, Ianni traz uma concepção da categoria juventude na sociedade de classes que emerge como posição privilegiada na contraditória dinâmica capitalista: é deste lugar social marginalizado que o sujeito juvenil

pode se reposicionar no mundo e agir politicamente. Ianni também admite uma certa imaturidade no jovem radical, decorrente da visão psicológica (teoria de sujeito juvenil) que informa seu trabalho. Contudo, para o autor, a imaturidade não constitui o fator explicativo fundamental para os movimentos de participação política do jovem universitário no Brasil dos anos 60.

Nos trabalhos desenvolvidos por mim e colaboradores de pesquisa (Castro e Col., 2010; Castro e Nascimento, 2013; Castro, 2016) sobre os movimentos de participação política e social de jovens, universitários e secundaristas, realizados ao longo da primeira década do século XXI, há um leque de opções de engajamento e militância para os jovens, e não tão somente aquelas estudadas por Ianni, a dos movimentos estudantis universitários. Grêmios, diretórios acadêmicos universitários, coletivos de trabalho comunitário, ecológico, social e educacional são alguns dos modos de participação juvenil por nós estudados. No processo adolescente de busca de novos vínculos, o grupo de pares assume papel fundamental de *reconexão identitária* para os jovens: é ele que fornece identificações para novos enlaces e vínculos extrafamiliares, viabilizando, portanto, a adesão e ao pertencimento a grupos de militância política e social. Para os autores/a, a ação dos jovens não decorre de uma decisão racional em se engajar, ou fazer parte de um grupo com cuja ideologia concorda, mas ela é precipitada pelo envolvimento afetual com o outro: o “estar junto” e aderido para se descobrir o que se quer ser. Neste sentido, ela é ação errática, contingente aos acontecimentos: se faz e se age para saber o que se quer ser. Uso a expressão, *se achar o que se quer ser*, como condição deste agir que conduz à construção de si e à adesão ideológica (Castro, 2016). Em um mundo social crivado de incertezas,

o jovem mantém uma relação mais flexível e mais autônoma nos coletivos a que pertence (Castro e Silva, 2015) assegurando um espaço pessoal de maior autonomia. Assim, é frequente que os jovens pertençam a diversos coletivos simultaneamente, e não façam uma adesão plena e convicta a qualquer um deles. Frequentemente, os jovens buscam formas de organização coletiva menos hierárquicas e institucionalizadas baseadas em uma crítica a modelos estabelecidos de participação política e social (idem, 2015). Uma preocupação com os efeitos da ação engajada a curto prazo é também contumaz nas narrativas dos jovens que justificam uma adesão a modos de participação política diferentes daqueles existentes nas agremiações de partidos políticos e suas formas de militância.

Assim, nos estudos empreendidos sobre participação política e social dos jovens, propomos uma teoria do sujeito juvenil cujo processo de reestruturação subjetiva conduz os jovens ao seio do grupo de pares como nicho identificatório do qual lança mão para reconectar-se a si mesmo e à sociedade mais ampla. A ação é fundamental, o sujeito faz-se pela ação, construindo tentativamente seus vínculos, suas relações e sua ideologia, e não o contrário. Neste sentido, a teoria de sujeito juvenil coloca como central a adesão, o pertencimento e a ação, aspectos que reforçam a dimensão alteritária, identificatória, de estar com um outro, o par, e agir com ele. Desloca-se, portanto, a importância da reflexão e da preparação racional do agir em prol do quê se revela para o jovem na experimentação mais tentativa do seu agir. Nestes estudos, a categoria social da juventude emerge como um *modo de vida* cujo imperativo se articula à experimentação (Castro, 2010). Assim, diferentemente de Ianni, que vislumbra a

juventude como ator político na conflitualidade da sociedade de classes, estes estudos favorecem uma visão da juventude como ator e agente, mas cuja participação não é reivindicada somente por meio da conflitualidade e contestação à ordem vigente, mas também por *outras formas inéditas e inusitadas de operar transformações na sociedade*. Essas formas se relacionam a modos de experimentar e recriar relações, relações e concepções de mundo visando objetivos tanto sociais, como políticos e culturais (Mayorga, Castro e Prado, 2012). Neste sentido, a especificidade do juvenil, como diferença social e cultural, potencializaria tanto movimentos e ações claros de contestação à ordem social, como aqueles cujo caráter renovador mais se adequam à ordem vigente e com ela se reconciliam. A diferença geracional é experimentada não apenas como o lugar da subalternidade (de onde se pode totalizar a opressão da sociedade de classes), mas, também, simultaneamente, o que detém a chave de novas possibilidades de (re-)inscrever a cultura e renová-la.

Para finalizar, trago estes dois estudos de caso no intuito de detalhar a difícil, mas necessária, interlocução entre os vários campos disciplinares sobre a juventude. Ainda que as teorias de sujeito e as teorias da categoria juventude possam se fazer presentes em estudos específicos de diferentes autores que se ocupam da temática juventude, parece inevitável que as ênfases e enfoques privilegiem uma ou outra teoria. Neste caso, o convite a debater e discutir as possíveis articulações está feito aos pesquisadores das ciências humanas e sociais, sem o quê o campo perde em complexidade e profundidade.

REFERENCIAS

Abramo, H. W. e Leon, O. (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Coord. M. V. Freitas. São Paulo; Ação Educativa.

Associação Psicanalítica de Porto Alegre (A.P.P.A.) (org.) (2004). *Adolescência: Um problema de fronteiras*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Blos, P. (1996). *Transição Adolescente: questões desenvolvimentais*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

Burrows, A. H. (1946). The problem of juvenile delinquency. *Journal of Educational Sociology* 19 (6), 382-390.

Cardoso, M. R. (2008). *Adolescentes*. São Paulo: Escuta.

Castro, L.R. de (2016). Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. *Estudos de Psicologia* 21 (1), 80-91.

Castro, L. R. de e Colaboradores (2010). *Falatório: participação e democracia na escola*. Rio de Janeiro, R.J. :Contracapa.

Castro, L. R. de (2010). Etre jeune: une puissance incertaine dans l'espace public brésilien. Em A. Petitat (Dir.), *Être en société. Le lien social à l'épreuve des cultures* 135-152. Québec, Canadá: Presses Universitaires de Laval.

Castro, L. R. de & Nascimento, E. M. (2013). Politizar as relações entre jovens e adultos? A construção da experiência escolar pelos estudantes. *Estudos de Psicologia (UFRN)*, 18(2):359-367.

Castro, L. R. de & Silva, C.S. (2015). Brazilian Youth Activism: in search of new meanings for political engagement? *Alternatives – Local, Global, Political*, 39 (3), 187-201.

Coleman, J. (1961). *The Adolescent Society*. Glencoe, Ill.: Free Press.

Costa, J. F. (2004). Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. Em R. Novaes e P. Vannuchi (orgs.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*, 75-88. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Eisenstadt, S. (1976,[1956]). *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva.
Erikson, E. H. (1976). *Identidade juventude e crise*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Figueiredo, L. C. (2006). Saindo da adolescência. Em Marta R. Cardoso (org.) *Adolescentes*, 63-76. São Paulo: Escuta.

Foracchi, M. (1972). *A juventude na sociedade moderna* São Paulo: Pioneira.

Foracchi, M. (1965). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional.

Freud, S. (1996). O mal-estar da civilização. *Obras Completas de S. Freud*, ed. Standard Brasileira, vol. 11, 73-150. Rio de Janeiro: Imago. Publicação original de 1930.

Galland, O. (2001). Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. *Revue Française de Sociologie* 42-4, 611-640.

Gallatin, J. (1978). *Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência*. São Paulo: Editora: Harbra.

Ianni, O. (1968). O jovem Radical. Em S. Britto (org.) *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*, 225-242. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. Em R. Novaes e P. Vannuchi (orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*, 89-114. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Mannheim, K. (1968). O problema da juventude na sociedade moderna. Em S. Britto (org.), *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*, 69-94. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Mayorga, C., Castro, L.R. de e Prado, M.A.M. (2012). (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro, R.J.: Contracapa

Monteiro, R. A. (2014). A importância do trabalho na transição para a vida adulta. *DESIDADES – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude* 2(4), 20-31.

Musgrove, F. (1965). *Youth and the Social Order*. Bloomington: Indiana University Press.

Pérez-Islas, J. A. (2008). Juventud – Un concepto en disputa ? Em J. A. Pérez-Islas, González, M. Valdez and Zozaya, M. H. Suárez (orgs.). *Teorías sobre la juventud: las miradas de los clásicos*, 9-33. México: Miguel Angel Porrúa.

Reiss Jr, A.I. (1951). Delinquency as the Failure of Personal and Social Controls. *American Sociological Review* 16: 196–207.

Sykes, G. e Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: a theory of delinquency. *American Sociological Review* 22 (6), 664-670.

Thrasher, F. M. (1936). *The Gang – A study of 1,313 gangs in Chicago*. Chicago, Ill: The University of Chicago Press. (reimpresso em 2013)

Watt, I. (1996). *The myths of modern individualismo*. NY.: Cambridge Univ. Press.

Winnicott, D. (2005). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.